



Reino dos Países Baixos



CIP

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

RELATÓRIO DE AUSCULTAÇÃO DA VIABILIDADE DAS ELEIÇÕES DISTRIAIS EM 2024 A SER SUBMETIDO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DE REVISÃO PONTUAL DA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA A DECORRER
DURANTE A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
ENTRE OS DIAS 3 E 7 DE AGOSTO DE 2023

Agosto de 2023



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

**RELATÓRIO DE AUSCULTAÇÃO DA VIABILIDADE
DAS ELEIÇÕES DISTRITAIS EM 2024 A SER
SUBMETIDO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DE REVISÃO PONTUAL DA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA A DECORRER DURANTE A SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA ENTRE OS DIAS 3 E 7 DE AGOSTO DE 2023**

Agosto de 2023

Índice

1. Introdução	4
2. Contexto do debate sobre a viabilidade das eleições distritais	5
3. Das principais constatações colhidas do processo de auscultação.....	5
3.1. Maputo	5
3.2. Nampula.....	13
3.2.1. As vozes a favor da realização das eleições distritais em 2024.....	13
3.2.2. As vozes a favor do adiamento das eleições distritais em 2024	20
3.3. Sofala	22
3.3.1. Organizações da sociedade civil são a favor das eleições distritais.....	23
3.3.2. FRELIMO e MDM defendem adiamento das distritais por falta de condições financeiras	26
3.4. Zambézia.....	28
4. Conclusão.....	40
5. Referências.....	41

1. Introdução

A partir de 3 de Agosto de 2023, a Assembleia da República (AR) irá reunir-se em sessão extraordinária para a análise do Projecto de Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique (CRM)¹. A revisão visa alterar o n.º 3 do artigo 311 da CRM², que fixa que: «*As primeiras eleições distritais (...) estão marcadas para Outubro de 2024*». A nova redacção, nos termos do referido Projecto, fixa que: «*As primeiras eleições distritais, nos termos previstos na Constituição da República, têm lugar logo que sejam criadas as condições para a sua realização*»³.

No decurso de 2022, o Presidente da República, Filipe Nyusi, chamou à reflexão nacional sobre a viabilidade e pertinência da realização das eleições distritais 2024. É nesse quadro que o Centro de Integridade Pública (CIP) – enquanto Organização da Sociedade Civil moçambicana que actua na promoção e aprofundamento da boa governação, combate à corrupção, transparência e integridade na gestão do bem público – respondeu positivamente ao chamado do Presidente da República, organizando sessões de auscultação pública sobre a viabilidade das referidas eleições em 2024.

Com efeito, o CIP organizou 4 sessões de auscultação pública, em igual número de províncias – Maputo, Nampula, Sofala e Zambézia – que abrangeram cerca de 400 pessoas entre representantes de organizações da sociedade civil, de partidos políticos, académicos, jornalistas, entre outros. O processo de auscultação foi em eventos públicos abertos ao público. Tiveram uma forte participação da comunicação social tradicional (rádio, jornal e televisão) e foram, igualmente, transmitidos através das redes sociais amplamente utilizadas em Moçambique⁴.

Como contributo, o CIP submete o presente Relatório à Assembleia da República para que possa ser considerado nos debates a decorrer no âmbito da revisão da Constituição.

O Relatório está estruturado em duas partes. A primeira faz uma breve contextualização sobre o convite lançado pelo Presidente da República para que a sociedade moçambicana reflectisse sobre a viabilidade e pertinência das eleições distritais. A segunda parte documenta as principais constatações colhidas no processo de auscultação pública, realizado pelo CIP em Maputo, Nampula, Sofala e Zambézia.

¹ Diário Económico, *Parlamento Agenda Para Agosto Debate Sobre Eleições Distritais*. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/06/09/economia/parlamento-agenda-para-agosto-debate-sobre-eleicoes-distritais/>, consultado a 15 de Junho de 2023.

² Os deputados da Bancada Parlamentar da Frelimo, que perfazem (2/3) dois terços do número de deputados necessários para aprovar a lei de revisão da constitucional nos termos do n.º 1 do artigo 303 da CRM, consideram ter acolhido a recomendação da Comissão de Reflexão sobre a Pertinência da Realização das Eleições Distritais em 2024 (CRED), que concluiu que não estão criadas as condições para a sua realização. Cfr. Jornal Domingo. *Eleições Distritais: Frelimo deposita projecto de revisão pontual da Constituição*. Disponível em: <https://www.jornaldomingo.co.mz/politica/eleicoes-distritais-frelimo-deposita-projecto-de-revisao-pontual-da-constituicao/>, consultado a 15 de Junho de 2023.

³ Cfr. Projecto de Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique, submetida pelos Deputados da Bancada Parlamentar da Frelimo, sob Ref. n.º 17/GCB/AR/05/2023, de 03 de Maio.

⁴ Vídeo do Debate Público realizado na província da Zambézia, no dia 27 de Julho de 2023, disponível em: <https://web.facebook.com/CIP.Mozambique/videos/185456677691706>, consultado a 30 de Julho de 2023.

Vídeo do Debate Público em Sofala, no dia 25 de Julho de 2023, disponível em: (i) <https://web.facebook.com/reel/1796993457369487>; (ii) <https://fb.watch/m0zNvrrDuD/>, consultado a 26 de Julho de 2023.

Vídeo do Debate Público em Nampula, realizado no dia 20 de Julho de 2023, disponível em: <https://fb.watch/1V2ffcC77U/?mibextid=2Rb1fB>, consultado a 20 de Julho de 2023.

Vídeo do Debate Público em Maputo, realizado no dia realizado no dia 15 de Fevereiro de 2023, disponível em: <https://youtu.be/8kZgewZsKCw>; (ii) <https://youtu.be/jio0Cq-qkMs>, consultado a 24 de Julho de 2023.

2. Contexto do debate sobre a viabilidade das eleições distritais

Em resultado da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique (CRM), aprovada pela Lei n.º 1/2018, de 12 de Junho, foi estabelecido um novo modelo de descentralização administrativa no País que, dentre outras matérias, cria entidades descentralizadas de nível distrital⁵. Como consequência, ficou estabelecido que as primeiras eleições distritais seriam realizadas em Outubro de 2024.

Entretanto, em Agosto de 2022, durante a III Conferência Nacional de Descentralização, realizada na cidade de Nampula, o Presidente da República lançou o convite aos moçambicanos para reflectirem sobre a viabilidade das eleições distritais de 2024⁶.

Em Dezembro do mesmo ano, o Presidente da República, durante a apresentação do Informe Geral sobre o Estado Geral da Nação perante a Assembleia da República, voltou a levantar a necessidade de haver uma reflexão pública à volta da pertinência das eleições distritais de 2024. No momento anunciou que seria criada uma comissão de consulta técnica para o Governo com a missão de apresentar um Relatório sobre a viabilidade dessas eleições. Assim, em Março de 2023, o Conselho de Ministros criou a Comissão de Reflexão sobre a Pertinência das Eleições Distritais de 2024 (CRED).

A CRED realizou auscultações e concluiu que a realização das eleições distritais em 2024 era inviável devido a factores de ordem económica e por não ter sido consolidada a descentralização de nível provincial.

Entretanto, o CIP achou pertinente alargar o processo de auscultação, realizando eventos públicos sobre a viabilidade das eleições distritais em 2024, em Maputo, Nampula, Sofala e Zambézia. Os resultados são documentados nas próximas páginas.

3. Das principais constatações colhidas do processo de auscultação

3.1. Maputo

Numa altura em que se esperava a criação da Comissão de Reflexão sobre a Pertinência da Realização das Eleições Distritais em 2024 – a CRED, o CIP lançou-se no debate sobre a viabilidade das referidas eleições. No dia 15 de Fevereiro, reuniu, em mesa-redonda, membros dos três partidos com assento parlamentar (FRELIMO, RENAMO e MDM), académicos, estudantes, representantes de partidos políticos extraparlamentares e organizações da sociedade civil.

Os participantes apresentaram os seus posicionamentos sobre a pertinência e as condições de o País realizar o escrutínio. O evento juntou mais de 70 participantes⁷ e dele foi possível constatar a divisão de opiniões sobre o escrutínio. E a seguir são documentadas as principais constatações:

⁵ Vide artigo 268 da CRM.

⁶ RFI, *Moçambique: Filipe Nyusi pede reflexão sobre a realização das eleições distritais em 2024*, disponível em: [<https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20220811-filipe-nyusi-pede-reflex%C3%A3o-profunda-sobre-a-realiza%C3%A7%C3%A3o-das-elei%C3%A7%C3%B5es-distritais-em-2024>], consultado a 25 de Janeiro de 2022.

⁷ Evento do Centro de Integridade Pública (CIP), *Eleições Distritais 2024: Há condições?* Disponível em: <https://youtu.be/8kZgewZsKCw>, consultado a 13 de Julho de 2023.



“Adiar eleições? Dihakama morreu por conta disto”



- Salomão Macuiane, membro do partido Renamo.

Não podemos vir aqui para brincar. Adiar eleições é brincar de democracia. Com isso, a Renamo não vai discutir essa fantochada. Não se pode discutir um assunto que foi concluído nos acordos celebrados entre o Governo de Moçambique e a Renamo. Iniciar a discussão sobre este assunto é, na verdade, dizer que há espaço para se adiar eleições. A Constituição da República é bastante clara quanto às eleições. Devemos simplesmente respeitar o que nela vem estabelecido.

Macuiane lembrou que fez parte da Comissão que concebeu o actual modelo de descentralização, que conduziu à revisão pontual da Constituição, em Junho de 2018. Para este político, neste momento, a preocupação não devia ser de discutir se as eleições são viáveis ou não, mas garantir a criação da legislação que orientasse a eleição da máquina administrativa distrital.

“Sem debate não será possível implementar descentralização de nível distrital”



- Edilson Munguambe, membro da Frelimo.

É bem verdade que a realização das eleições distritais para Outubro de 2024 advém de um comando constitucional. Disso ninguém tem dúvidas. Porém, devemos, antes de discutir se as eleições devem ou não ser realizadas, olhar para as condições de ordem jurídica, política e económica. Isto implica, portanto, debater. Sem debater não é possível implementar órgãos de governação descentralizada distrital e saber como é que estes poderão, quando criado, articular com os demais órgãos de governação descentralizada existentes no país, olhando para a revisão da Constituição realizada em 2018. É importante sabermos como se poderá garantir a sustentabilidade desses órgãos. Com isso, o convite ao debate público formulado pelo Presidente da República sobre esta matéria é oportuno, e o CIP, por ser a organização pioneira sobre esta matéria, está sem dúvidas de parabéns porque abre espaço para que mais actores opinem.

“É uma estupidez, por parte da Renamo e da Frelimo, em bipolarizar o poder no País”



- Ismael Nhacucue, membro do MDM.

Este modelo de bipolarização que estes dois actores, a Renamo e a Frelimo, têm vindo a adoptar quando se pretende discutir os grandes assuntos políticos do país se mostra caduco e ultrapassado. Devemos, quando pretendemos discutir assuntos como sejam as eleições distritais ou qualquer modelo de descentralização para o país, incluir diversos actores, designadamente outros partidos políticos e membros das organizações da sociedade civil. Para mim, não é discutir se as eleições distritais são viáveis ou não, mas antes discutir que modelo de descentralização queremos levar para o distrito. Será que queremos replicar o modelo de descentralização de nível provincial, que pelos vistos foi mal concebido, razão pela qual se registam os problemas que publicamente temos visto a serem reportados? As eleições são sim viáveis, resultam de um ganho constitucional e não fica bem para um Estado de Direito violar um comando legal desta forma.

“Viabilidade das eleições distritais deve ser discutida pela Frelimo e Renamo”.



- Yaquib Sibindy, Presidente do PIMO.

Os dois devem sentar para discutir esse assunto entre eles. Claramente que eles podem incluir o MDM para ser assistente, podendo auxiliar no que puder. Mas este assunto é destes dois actores políticos. Sendo assim, a minha proposta é que haja divisão do poder nos distritos entre a Frelimo e a Renamo. Neste caso, proponho que a metade dos distritos actualmente existentes fiquem a cargo da governação do Governo, neste caso da Frelimo, e a outra metade dos distritos do país ficam a cargo da governação da Renamo. Desta forma, podemos acabar com essa polémica.

Sibindy recordou que o actual modelo de descentralização decorre do conflito militar que dividiu o Governo e a Renamo, sendo assim o assunto sobre as “distritais” deve ser resolvido pelos proponentes deste modelo, que na altura em que o conceberam não consultaram os demais segmentos da sociedade. Hoje queixam-se da falta de inclusão. O interveniente salientou, ainda, que num momento em que a Renamo está praticamente desarmada, deve privilegiar o debate para resolver assuntos relacionados à democracia, a começar sobre a viabilidade das eleições distritais.

“Deve ser criada uma comissão parlamentar para avaliar viabilidade das eleições distritais”



- Bernhard Weimer, académico e especialista em descentralização.

Intervindo no evento organizado pelo CIP sobre a viabilidade das eleições distritais, o académico Bernhard Weimer defendeu a necessidade de se criar uma comissão parlamentar para analisar a viabilidade do actual modelo de descentralização no país.

Deve-se constituir uma comissão parlamentar mista para tratar deste assunto. Deve-se incluir nos termos de referência [da comissão] a possibilidade de se rever pontualmente a Constituição, quer para os órgãos de descentralização provincial, quer para os órgãos de descentralização distrital.

Para o especialista em descentralização, a situação económica que o país atravessa pode comprometer a viabilidade financeira das eleições distritais. *A situação macroeconómica do país não é boa, temos o endividamento público e outros problemas financeiros* – disse Weimer.

Partindo de uma análise crítica da descentralização no país, o académico considerou que, diferentemente do processo de autarcização, que trouxe melhorias na prestação do serviço público aos cidadãos e permitiu a devolução do poder a nível mais local, o actual modelo de descentralização, materializado a nível provincial, trouxe uma administração pública bicéfala e bastante onerosa para os cofres do Estado. Daí a necessidade de se reflectir sobre a sua viabilidade financeira antes do mesmo ser replicado a nível distrital, ainda que isto implique uma revisão pontual da Constituição da República.

A descentralização provincial enfraqueceu a prestação de serviços públicos, por exemplo a nível do sector de saúde”, disse Weimer. “É um modelo bastante caro porque as duas instituições (Governo e órgãos de representação provincial do Estado) precisam de dinheiro para cobrir as suas despesas correntes que é retirado das despesas de investimento – acrescentou o académico.

Além disso, o académico disse faltarem consensos no país sobre a viabilidade das eleições distritais. *Há vários grupos a contestarem.* Com isso, este sugeriu a realização de uma auscultação pública sobre a viabilidade do processo.

“A Constituição deve ser seguida na íntegra em respeito ao Estado de Direito”



- Custódio Duma, Jurista.

Logicamente, como jurista, sempre vou defender o cumprimento da Constituição. E o Conselho Constitucional deve ser o guardião dessa Constituição sempre que ela não for cumprida pelos cidadãos, e sobretudo pelas instituições democráticas do país. Com isso, quero dizer que, nos termos da Constituição em vigor, devemos sim realizar as eleições pois, do contrário, estaríamos, sem dúvidas, a violá-la. Se dissemos que o poder (a soberania) reside no povo, como é que não queremos devolver o poder a esse povo, através da possibilidade de indicação dos seus órgãos para os governar a nível do distrito? Todavia, já que essas eleições não estão dependentes de questões meramente jurídicas, que, para mim, são de fácil resolução, as eleições politicamente podem ser realizáveis. Desta forma, é necessário que os decisores políticos entendam a necessidade de se respeitar o que se legisla. A descentralização não pode ser encarada como uma moeda de troca para, em um determinado momento, abrandar tensões políticas.

Duma apontou, ainda, que questões de ordem financeira podem se mostrar um empecilho para a viabilidade das eleições distritais, uma vez que a montagem de uma máquina administrativa no distrito pode acarretar custos elevados. E deve-se ter cuidado para que o país não se lance para uma descentralização de nível distrital quando escasseiem condições financeiras e correr-se o risco de se frustrar os reais objectivos de uma descentralização no país: a satisfação do interesse colectivo.

Por fim, o jurista referiu como uma atitude perigosa a possibilidade de se rever a Constituição num momento em o país se aproxima das eleições, sob o risco de se incluírem questões que escapam a matérias relacionadas com a descentralização, num quadro em que a Frelimo tem maioria parlamentar para, sem a intervenção dos outros dois partidos – Renamo e MDM – aprovar uma nova Constituição.

“A viabilidade da descentralização distrital deve ser olhada numa perspectiva histórica, política, jurídica e financeira”



- Pedro Guiliche, académico.

Antes de discutirmos se as eleições distritais são viáveis ou não, temos de repensar no actual modelo de descentralização de nível provincial, que desde que foi aprovado pela revisão da Constituição de 2018 não se mostra consolidado. Com isso, devemos nos questionar sobre onde estamos a falhar no actual modelo de nível provincial para evitarmos replicar os mesmos problemas para uma descentralização de nível distrital. Desta forma, sugiro que este debate seja travado em todo o território nacional para se encontrar consensos nacionais sobre a matéria.

Guiliche recordou que ao se falar da descentralização não se deve ignorar o processo histórico por que o país passou a respeito desta matéria. Apontou que sempre houve vontade política em se descentralizar o país desde o momento em que se pretendeu municipalizar todos os distritos em 1994, algo que, segundo este, não ocorreu, não só por questões legais, mas também económicas.

3.2. Nampula



Cidadãos da Província de Nampula defendem a realização das eleições distritais em 2024, conforme prevê o n.º 3 do artigo 311 da Constituição da República (CRM). A posição foi apresentada no dia 20 de Julho, durante um debate público organizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP) em parceria com Solidariedade Moçambique (SoldMoz), na cidade de Nampula.

O evento tinha como objectivo auscultar a opinião de diferentes segmentos da sociedade sobre a viabilidade das eleições distritais marcadas para Outubro de 2024. O debate contou com a participação de mais de 150 pessoas, provenientes de vários pontos da província de Nampula, entre membros de partidos políticos, organizações da sociedade civil, associações juvenis e estudantis, comunidade religiosa e jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social.

3.2.1. As vozes a favor da realização das eleições distritais em 2024

Entre os argumentos que defendem a realização das eleições distritais em 2024, destaca-se a necessidade de se respeitar um comando constitucional resultante dos acordos alcançados entre o Governo e a Renamo em 2018. Além disso, os cidadãos de Nampula, auscultados pelo CIP, entendem que a eleição do administrador distrital abre espaço para maior prestação de contas a nível local e, por conseguinte, para a melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Os trechos apresentados a seguir ilustram a opinião e os argumentos de quem está a favor das eleições distritais em 2024.



- Detua Belém, membro da Associação dos Jovens Académicos de Moçambique.

Moçambique não é Maputo. Não realizar as eleições distritais é tirar a capacidade de os residentes dos distritos escolherem livremente quem os vai dirigir. Adiar as eleições distritais é condenar as populações dos distritos à direcção de um administrador estranho, imposto pelo poder central em Maputo. Estando as eleições distritais previstas na CRM elas devem ser obrigatoriamente cumpridas. Temos eleições distritais é colocar o povo no poder.



- Palmira Revula, Coordenadora do Centro para Democracia e Direitos Humanos em Nampula.

Não realizar as eleições distritais em 2024, nos retira a possibilidade de exigirmos a prestação de contas dos administradores escolhidos pelo Governo. Nós queremos escolher livremente os nossos líderes, para caso eles não cumpram com o seu manifesto, nós possamos exigir a sua responsabilização. Da maneira como as coisas estão, não temos espaço para cobrar, igual ao que acontece com o Presidente do Município que quando não cumpre suas promessas, nós lhe exigimos, e é basicamente isto que a descentralização visa. Devemos ir às eleições distritais até porque tudo foi concebido como resultado dos consensos políticos para poder travar a tensão político-militar no País.



- Niquice, Representante dos Jovens de Nacala.

Infelizmente, o adiamento das eleições distritais em 2024 não é vontade dos moçambicanos, mas sim daqueles que detêm a maioria no Parlamento. E, por conta da ditadura do voto da maioria, haverá adiamento destas eleições, que na verdade beneficiam o povo. Não faz sentido, num país como nosso, dizer que não temos condições para ter assembleias distritais, isso porque em todos os distritos, temos pessoas e elas sempre sentam para discutir problemas locais. É só pegar isso e trazer na governação. Queremos alguém para nos prestar contas, directamente. Quem é nomeado pode ser exonerado, e não precisa ser responsabilizado.



- Francisco Eduardo, Presidente da Associação de Paralegais de Apoio para o Desenvolvimento da Comunidade.

Não há eleições distritais porque os administradores eleitos não terão capacidade de governar? Ou só queremos adiar eleições porque somos bons em violar as leis? Não é verdade que não há condições. Temos sim condições. E os jovens estão a ser muito passivos. Não exigem os seus direitos. E são estes que geralmente, quando há eleições, são responsáveis por produzir fraudes eleitorais. E se vamos as eleições distritais, os jovens devem ser mais vigilantes, exigirem a prestação de contas dos eleitos.



- Machava, Presidente da Associação dos Estudantes Investigadores.

Devemos fazer sim eleições distritais, e nós, como sociedade civil, devemos concorrer para sermos membros das assembleias distritais, pois os partidos políticos quando se encontram nesses lugares só querem satisfazer suas vontades. Quando alguém está filiado a um partido político deve sempre servir os interesses do seu partido e não do povo. Logo, se formos para avançar para as eleições distritais, a sociedade civil deve concorrer para poder defender, de verdade, as preocupações da população, pois, no actual modelo, nós, como povo, somos apenas espantalhos, e só assistimos os outros a fazerem.



- Marcelino Pedro, Estudante Universitário.

Não é momento para debater se eleições distritais são viáveis ou não. É momento de implementar. A Constituição já é clara. Devemos realizar as eleições. Não realizar as eleições é violar a lei, e violar a lei deve ser assumido como pecado. E também acho que é necessário que nós, como sociedade civil, comecemos a ter interesse em participar deste tipo de eleições, pois o poder é do povo, e nós, no nosso dia a dia, desenvolvemos trabalhos em prol das nossas comunidades, logo vamos também governar”. Depois de implementarmos, veremos, passado algum tempo, se valeu ou não a pena. Logo, vamos ter sim administrador eleito para poder responder directamente ao povo que o elegeu, e assim evitamos até corrupção.



- Machado Evaristo, membro da Associação de Jovens Protagonistas.

O sistema da descentralização traz desenvolvimento, porque se começa a ter resolução de problemas locais por pessoas que melhor conhecem aquele local. Num contexto em que o poder é centralizado, temos um líder na comunidade que nos foi imposto, e este está longe de cumprir com a vontade local porque não se identifica com os problemas da localidade. E mais do que isso, no sistema de nomeação não há autonomia nas suas três vertentes, neste caso a administrativa, patrimonial e principalmente financeira. Logo, o distrito fica sempre dependente do governo central, e é por essa razão que os nossos distritos não estão a desenvolver como deve ser. Logo devemos, sim, descentralizar o distrito.



- Silva Raul, Representante da Organização dos Direitos Humanos.

Andamos a dizer que não há recursos financeiros para suportar eleições distritais em Moçambique, quando, em Moçambique, nós temos recursos. Muitos recursos. Afinal, os dinheiros desses recursos vão para onde? Há tantos milionários neste país, apanham onde dinheiro? Por que nós não pegamos nesse dinheiro fazer eleições e garantir que o próprio distrito seja capaz de se dirigir por si próprio.



- Juvenal, cidadão.

“Até podemos ter eleições distritais, mas devemos pensar, agora, quais os constrangimentos que sucederiam depois da realização dessas eleições. Devemos prestar atenção às consequências que virão, porque nós estamos a andar a adoptar coisas ou modelos de governação que não se adequam à nossa realidade, mas sim dos europeus. Logo, temos de nos fechar, e pensar por nós próprios”.

3.2.2. As vozes a favor do adiamento das eleições distritais em 2024

No outro extremo, apesar de número considerável dos cidadãos de Nampula, auscultados pelo CIP, entender que as eleições distritais devem ser realizadas em 2024, alguns partilham um posicionamento oposto, defendendo a ideia de que não há condições para o efeito. Este é o caso do jovem Émerson Machava que entende não haver condições económico-financeiras para o funcionamento dos órgãos de governação descentralizada distritais, sugerindo, assim, a interrupção do debate em curso e a concentração de esforços em soluções técnicas para o desenvolvimento dos distritos.



- Émerson Machava – Estudante Universitário

Vamos reflectir sobre as condições para a realização das eleições distritais. Se avançarmos com a eleição do administrador, haverá todo um elenco de governação distrital, cujo exercício de funções irá demandar receitas do Estado. Vai-se gastar muito dinheiro. Por que não paramos com este debate procurarmos técnicos capazes de trabalhar para o desenvolvimento dos distritos? Por que não criamos primeiro condições para, mais tarde, realizarmos as eleições distritais?

Outro argumento contrário à realização das eleições distritais foi apresentado pelo estudante Marcelino Nazaré, que também defende a ideia de que não há recursos para o efeito.



- Marcelino Nazaré – Estudante Universitário.

Não às eleições distritais porque o Estado não tem dinheiro para fazer funcionar a sua máquina administrativa. Por exemplo, no actual modelo de descentralização, há autarquias que não conseguem prestar serviços públicos de qualidade para os cidadãos. Por isso, na minha opinião não há condições para realização das eleições distritais.

3.3. Sofala

Perto de 70 pessoas, oriundas de diferentes pontos da província de Sofala, reunidas no passado dia 25 de Julho, no Hotel Tivoli, na cidade da Beira, com destaque para membros de partidos políticos e organizações da sociedade civil e associações juvenis estudantis, divergiram quanto à viabilidade das eleições distritais marcadas para Outubro de 2024.

Os posicionamentos contra e a favor da realização das eleições distritais foram apresentados pelos participantes durante o terceiro evento de auscultação pública sobre a viabilidade das referidas eleições, organizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP) em parceria com a Associação Moçambicana Sou Jovem (ASSOJ), baseada na Província de Sofala. Contou, igualmente, com a presença dos membros das assembleias, provincial e autárquica, e de representantes dos Órgãos de Representação do Estado na Província, destacando-se, para este último caso, o director do Gabinete da Secretaria do Estado, o senhor Eduardo Macário.

Na ocasião, o director do Gabinete da Secretaria do Estado na Província de Sofala, em representação de Sua Excia. Secretária do Estado, Stela Zeca, enalteceu a iniciativa do CIP. Apontou o debate como uma oportunidade de aprofundar um dos mais nobres valores da democracia: a liberdade de expressão. Realçou a importância do tema e a sua complexidade, bem como o facto de o CIP estar a envolver diversos actores da sociedade a seu respeito.



- Eduardo Macário, director do Gabinete da Secretaria do Estado na Província de Sofala.

Do evento foi possível constatar que, por um lado, os membros das organizações da sociedade civil são, no seu todo, favoráveis à realização das eleições distritais, considerando que se trata de um meio de garantia da participação política das comunidades na resolução dos seus próprios problemas, através da eleição de uma máquina administrativa que melhor conhece as dificuldades do distrito. Por outro lado, os partidos políticos MDM e Frelimo reconhecem a relevância das eleições distritais, entretanto chamam a atenção

para o facto de o País, pelo menos para Outubro de 2024, não estar em condições de realizar as tão polémicas eleições.

Os depoimentos que se seguem apresentam as principais intervenções captadas no debate público realizado em Sofala⁸.

3.3.1. Organizações da sociedade civil são a favor das eleições distritais

O ponto de partida dos posicionamentos das organizações da sociedade civil foi dado por Menezes Lino, jovem líder da Associação Moçambicana Sou Jovem, uma organização baseada na Província de Sofala. Ao falar da relevância da figura do administrador distrital, a partir da experiência particular de Sofala, numa perspectiva de nomeação *versus* eleição, apontou que:



- Menezes Lino, presidente da Associação Moçambicana Sou Jovem.

O actual modelo de indicação do administrador, que é via nomeação por parte do Governo Central, apesar de ser em algum momento vantajoso, se mostra frágil na medida em que o distrito pode ser dirigido por alguém estranho àquele, o qual, a qualquer momento, pode ser levado a cessar funções por motivos que legalmente não precisam de ser públicos, pois não é obrigatório fundamentar o seu afastamento, e no lugar dele subir um outro administrador que não é igualmente bem-vindo no Distrito. Ora, na minha percepção, isto deve ser olhado como um elemento que atrasa o desenvolvimento, uma vez que o plano inicialmente traçado pelo administrador cessante pode deixar de ser executado pela entrada do novo. E além disso, quando entra um novo administrador ao meio do mandato de um, é necessário que o recém-nomeado conheça a casa: recursos humanos e materiais e os postos administrativos, etc., e isto exige algum tempo. No final, é todo um desenvolvimento local que se sacrifica. Com isso, o melhor modelo é que tenhamos um administrador eleito e que detenha alguma autonomia, e daí capaz de buscar financiamento junto de seus parceiros para o desenvolver o distrito.

⁸ Cfr. Vídeo do Debate Público em Sofala, realizado no dia 25 de Julho, disponível em: (i) <https://web.facebook.com/reel/1796993457369487>; (ii) <https://fb.watch/m0zNvrrDuD/>, consultado a 26 de Julho de 2023.



- Jaime Dias, representante da Associação Motoqueiros.

É muito estranho que se diga que não há condições para realizar eleições distritais em Moçambique, em conformidade com o previsto na Constituição. Senão vejamos: durante todos estes anos que o País realiza eleições nunca ouvimos o Governo a dizer que não tem condições para financiar as eleições gerais e autárquicas. E mesmo que haja crise económica, no final, as eleições acabam mesmo por ser realizadas. Todavia, agora que é hora de envolver os distritos no processo de descentralização no País, estão a vir com o discurso de que não há condições? E sobre este debate, penso que era importante que muitos órgãos de comunicação social estivessem a cobrir, por se tratar de um tema de interesse nacional. As eleições distritais são um tema de todos os moçambicanos, por isso a termos de tomar qualquer posicionamento se são viáveis ou não devemos garantir, quanto possível, a inclusão de todos. E sim, há condições para as eleições distritais. Falta apenas vontade daqueles que têm o poder de decidir, que devem na verdade só devem respeitar o previsto na Constituição acordada.



- Micaela, activista social para a área do ambiente.

As eleições distritais devem acontecer, isso porque visa devolver o poder ao povo. Através destas eleições, os distritos passam a ser capazes de usufruir dos recursos que existem a nível do distrito, que por causa do actual modelo não é possível explorar. Logo, o discurso baseado na falta de condições deve cair por

terra. Ninguém começa com todas as condições. Vamos sim as eleições e com o andar do tempo as condições poderão ser criadas. Por mim, se fosse possível, ainda este ano, de 2023, podíamos sim ir as eleições, mas uma vez que a lei diz 2024 então vamos cumprir com a lei realizando essas eleições ao benefício do povo.



- Artur Alfeu, activista social.

Estamos desde o ano passado a ouvir a pergunta se o País está preparado para realizar eleições distritais. Ora, isto, a mim, é o que justamente preocupa, pois em nenhum momento a população, sobretudo dos distritos, disse que não está preparada para votar nos administradores e numa assembleia distrital. Se alguém tiver uma resposta sobre isso, eu gostaria de ter uma resposta concisa e simplificada: o que é estar preparado? Quando se educa um filho sempre se começa de bebé. Logo, não podemos pensar que as condições estarão todas elas reunidas ao mesmo tempo. Porém, neste País há distritos com condições, sendo disso exemplo o distrito de Marromeu, e por isso capaz de ter um administrador que desenhe um plano para o distrito, de forma séria e olhando para as necessidades do distrito.

Entre os membros das organizações da sociedade civil participantes do evento houve quem apontou que o adiamento destas eleições consubstancia num engano e desrespeito à memória de Afonso Dlhakama, dado que a sua previsão resulta dos consensos firmados entre o falecido líder da Renamo e o Governo de Moçambique. Outros argumentos apontaram como inexplicável o discurso da falta de condições financeiras para o adiamento destas eleições, num quadro em que os titulares dos órgãos públicos, a começar pelo Presidente da República, utilizam meios circulantes de custo elevado, movimentam muitos recursos com a escolta desnecessária como se tivessem medo do povo que os elegeu e, nas visitas e inaugurações, por estes feitas, envolvem dispendiosa logística para as contas públicas.

3.3.2. FRELIMO e MDM defendem adiamento das distritais por falta de condições financeiras

No outro extremo, representantes da Frelimo e do MDM, presentes no evento, entendem não haver condições económico-financeiras para a realização das eleições distritais em 2024. Os dois partidos partilham a opinião de que é necessário reunir condições para, posteriormente, realizarem-se as eleições. Para estes partidos, realizar eleições distritais é sim fundamental, mas não para 2024. Consideram que o legislador cometeu um pecado em fixar datas para as eleições.



- José Monteiro, sentado, com microfone – membro da Assembleia Provincial – MDM.

“Não temos condições para realização de eleições distritais. Temos vários elementos a considerar, desde questões económico-financeiras a questões políticas. Antes de avançarmos é possível ter em conta a condição de económica. Não basta dizer que queremos eleições distritais enquanto não temos condições para tal. E o povo como é que fica? O nosso povo a nível dos distritos ainda não tem noção do que constitui o processo das eleições distritais. Considerando que a descentralização provincial inda não está totalmente consolidada, como é que ficamos? Precisamos primeiro de nos preparar para as eleições distritais. Se nós nos ativermos aos nossos interesses pessoais, não vamos a nenhum lugar”.



- Felício Osman – membro da Assembleia Provincial - Frelimo.

“Seria muito bom que houvesse eleições distritais. Mas, não devemos nos deixar levar pela emoção. Nós estamos a trabalhar na Assembleia Provincial e enfrentamos várias dificuldades de ordem financeira para realização de actividades, imaginem que criemos as assembleias distritais. Estamos em condições? Reparar como tivemos dificuldades para aprimorar a descentralização provincial. Nós queremos avançar para o distrito, mas ainda não concluímos a descentralização provincial. Nem a nível da descentralização da província não temos condições. Vamos esperar que se conclua o processo de descentralização de nível provincial para depois avançarmos com a de nível distrital. Não temos condições financeiras para a realização das eleições distritais. Portanto, é preciso compreender que não há condições. Quem está a dizer isso é o Governo central. Queremos avançar com as eleições distritais para depois chamarmos o Governo central de incompetente?”



- Aurélio Andrade – membro da Assembleia Provincial de Sofala - Frelimo.

“As eleições distritais são úteis. Mas temos de avaliar para onde é que vamos. É preciso darmos um tempo para que a descentralização de âmbito provincial se enraíze para depois avançarmos para o distrito. Não

podemos distribuir a miséria pelas aldeias. Dizer que vamos realizar as eleições significa que não temos noção dos desafios que estamos a viver. A questão não é que quando eleito não é melhor. Os que estão a dizer que não é viável hoje não estão a dizer que não é importante. É necessário falar como moçambicanos. A situação está deveras complicada. Até hoje não se sabe o que o membro da assembleia provincial tem como ordenado. Por que vamos distribuir a miséria pelas aldeias? A nossa posição é que continuemos a capitalizar a autarcização e que a descentralização provincial fique enraizada para que num futuro breve passemos para as eleições distritais. Estas eleições não trazem encargo pelo processo eleitoral, mas pelos órgãos que serão criados”.

3.4. Zambézia



Cidadãos da província da Zambézia defendem a realização das eleições distritais em 2024, segundo prevê o n.º 3 do artigo 311 da Constituição da República de Moçambique (CRM). A opinião foi expressa durante um evento organizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP), em parceria com a Associação Cidadãos de Moçambique, uma organização baseada em Quelimane, na última quinta-feira, 27 de Julho, na cidade de Quelimane, província da Zambézia, cujo objectivo era de colher a sensibilidade de diferentes actores da sociedade sobre a viabilidade das eleições distritais constitucionalmente marcadas para Outubro de 2024⁹.

O debate contou com a presença de cerca de 60 participantes entre académicos, representantes de partidos políticos, organizações da sociedade civil, estudantes e jornalistas. O evento ocorre num contexto em que a viabilidade da realização das eleições distritais em 2024 ainda divide a opinião de diferentes segmentos da sociedade moçambicana. Com efeito, a poucos dias do início da sessão extraordinária da Assembleia da República (AR), agendada para 03 a 07 de Agosto, que visa, entre outras matérias, adiar a realização das referidas eleições, através da alteração do n.º 3 do artigo 311 da CRM, o CIP auscultou a opinião dos cidadãos da província de Zambézia, segundo maior círculo eleitoral do país, em seguimento de outras auscultações que tem realizado em outros pontos do país.

⁹ Vide o vídeo do evento de auscultação realizada na Província da Zambézia em: <https://web.facebook.com/CIP.Mozambique/videos/185456677691706>, consultado a 30 de Julho de 2023.

Documentam-se, de seguida, as principais opiniões expressas pelos cidadãos da província da Zambézia relativamente à viabilidade das eleições distritais.

“É extemporâneo discutir viabilidade das eleições distritais”



- Sílvia Soares – docente universitária e esposa do presidente do município de Quelimane.

Quando a CRED veio a Quelimane fazer a consulta sobre a viabilidade das eleições distritais nós concluímos que seria extemporâneo discutir a realização ou não das eleições distritais e que a possibilidade de alterar a Constituição poderia comprometer a segurança jurídica. Em Direito defendemos que os acordos devem ser feitos de boa-fé. Se o acordo foi feito de boa-fé deveria evitar-se que, depois de verter o acordo na constituição, propor-se que o mesmo seja alterado. Quem assinou o acordo deveria evitar trazer hoje para debate público algo cuja efectivação não foi alvo de consulta pública.

“Um administrador nomeado é recipiente e canalizador das decisões centralmente planificadas”



- **Abraão Macete** – representante da Associação Cidadãos de Moçambique.

O modelo actual de designação do Administrador, que, conforme publicamente se sabe, é por meio de nomeação torna este Administrador algo ilegítimo perante a população do distrito. Na prática, ao invés deste Administrador realizar o seu trabalho com independência e a olhar para aquilo que são os interesses do seu distrito, este é apenas recipiente das orientações dos seus superiores baseados em Maputo, que pouco sabem das dinâmicas próprias do distrito. Com isso, do modo contrário, temos de entender que um Administrador eleito é uma esperança aos moçambicanos para que escolham legitimamente os seus representantes e estes possam responder directamente às populações do distrito. Vamos sim realizar eleições. Desafios sempre vamos ter. Aliás, foi e é assim como todas as nações se constroem: com desafios.

“Nós, como povo, queremos eleições distritais”



- Josué Tambora – Cidadão.

É preciso municipalizar todos os distritos. O país não devia ter distritos e municípios. É um desperdício ter duas estruturas no mesmo território. As eleições custam muito dinheiro. Sobre as eleições distritais propriamente não houve qualquer auscultação. Só houve, na verdade, um arranjo político para se dizer que se ouviu o povo. Mas a decisão já tinha sido tomada. Nós, como povo, queremos eleições.

“O Governo teve tempo suficiente para criar condições”



- Jorge Laweto – Docente e membro da Assembleia Municipal.

Estou muito desapontado com a possibilidade de adiamento das eleições distritais em 2024. Isto fere a sensibilidade do povo. As eleições distritais foram previstas em 2018, na Constituição da República. De lá até aqui passaram cerca de cinco anos. O Governo teve tempo suficiente para criar condições para a realização destas eleições, se não o fez foi por negligência. Desde 2018 o Governo não mostrou interesse de preparar-se financeiramente para a realização destas eleições. Estas eleições devem ser realizadas porque permitirão as populações que vivem nos distritos a experimentar os novos modelos de governação descentralizada. Tudo o que está previsto na Lei é fruto dos entendimentos entre o Governo e a liderança da Renamo. Não pode ser hábito do Governo moçambicano violar sistematicamente os acordos. A soberania reside no povo e não num grupinho de pessoas. Por que o Governo de Moçambique não foi consultar o povo antes de tomar a decisão de adiamento das eleições?

“A CRM não pode estar vulnerável a alterações para acomodar interesses”



- Virgílio – estudante de Direito, UCM.

Se nós formos a violar sistematicamente a CRM, enquanto Lei-Mãe, estaríamos a ferir aquilo que é a sensibilidade do povo e estabilidade das relações sociais. A CRM não pode estar vulnerável a alterações para acomodar interesses de um punhado de pessoas. Se a norma foi prescrita, o legislador não partiu do acaso, partiu de um acordo. Sendo assim deve, esse acordo, ser cumprido e de forma tal como eles foram celebrados. Não podemos de cinco em cinco anos, rever um documento tão importante como seja a CRM.

“Adiar eleições é brincar com o povo”



- Betinho João – docente e membro da Assembleia Provincial pela RENAMO.

A CRM actual, que traz as eleições distritais, apesar de ser um consenso político, tínhamos de avançar com o processo. Quando a AR aprovou esta norma das eleições (311/3), os distritos não tinham condições? Essas condições desaparecerem 3 anos depois? A CRM, antes de ser aprovada, passa por um conselho jurídico. Será que nessa altura os membros do conselho não viram que não havia condições? Porquê a CRM foi aprovada, se sabiam que não havia condições? Isto de adiar eleições é brincar com o povo. É uma mentira grosseira dizer que não há condições. O barulho de se adiar eleições começa depois de a Renamo desativar a sua 11ª base, o que mostra que o Governo quis primeiro desarmar a Renamo para começar a abusar dos ganhos da democracia. Pode ser verdade que nem todos os distritos têm condições, mas podemos ter eleições pilotos em distritos que tenham condições, tal como tem sido com o processo de municipalização do país. Aliás, foi isso que se pensou já no passado, quando se pretendia descentralizar todos os distritos, porém viram que não era possível e por isso surgiram as autarquias locais, que eram territórios que tinham condições e isso não aconteceu em todo o lado, mas sim em alguns e tem vindo a ser assim: o gradualismo. A CRED foi um conjunto de milicianos do Governo para acatar e viabilizar a vontade da FRELIMO e capturar a vontade do povo.

“Descentralização tem servido para alimentar apetites políticos”



- Ricardo Raboco – docente da Universidade Licungo.

Colocar as eleições distritais sob a condição de condições financeiras é muito problemático. O relatório da CRED consubstanciou uma burla intelectual pois, o discurso do relatório foi de condições financeiras e não se pensou nos outros domínios. Mais do que isso, o recurso financeiro e económico deste país advém dos distritos. Temos de pensar na nossa concepção da descentralização: se for como elemento de paz política e distribuição do poder, claramente que alguns que não forem abrangidos vão dizer que não é viável; e, em Moçambique a descentralização tem servido como um factor para alimentar os apetites políticos das forças políticas nacionais. Ora, a descentralização deve ser vista como um factor para garantir a satisfação dos interesses dos governados e com isso se desenvolver localmente o território. Isto implica olhar para a descentralização numa perspectiva desenvolvimentista. O problema é que estamos a discutir a viabilidade na perspectiva de geração de emprego daqueles que vão ocupar os cargos nesses lugares.

“Devemos olhar para as eleições distritais numa perspectiva positiva”



- António Juvêncio – estudante de Direito, UCM.

Um país não se desenvolve com todas as condições. As condições não caem do céu. Elas são criadas. Logo, devemos ter eleições através das mínimas condições que temos e as condições maiores poderão surgir. E devemos olhar para as eleições distritais numa perspectiva positivista, pois permitirá que as populações locais elejam democraticamente os seus representantes. Quando o administrador é eleito, este poderá responder directamente ao seu eleitorado.

“A vontade do povo deve ser respeitada”



- Felismina Modesto – estudante UCM.

Não entendo por que o PR diz que temos de pensar na viabilidade das eleições distritais. Afinal quais essas condições que impedem que as eleições sejam realizadas. Até hoje ninguém nos trouxe um elemento sobre as condições a que se referem para que não possamos ir às eleições distritais. Quando aprovaram a CRM não conseguiram ver que não havia essas condições? Só agora que estamos a espera de eleger os nossos administradores é que aparecem para nos falar que não há condições? É preciso respeitar a soberania que tanto se fala na CRM. E se a soberania assenta no povo, deve ser a vontade deste povo que deve ser respeitada.

“Devemos eliminar as secretarias do Estado”



- Nilza Maurício – Cidadã.

Desde 2019 temos a figura do secretário do Estado, e sem consulta do povo. Quando se criou essa figura havia condições? Criaram essa figura sem perguntar se ela era viável ou não. E porquê sobre as eleições distritais querem pensar em condições? A criação da secretaria do Estado não foi consensual, tendo prevalecido a vontade da Frelimo que seria uma forma de fiscalizar o poder do governador. E, notamos que houve usurpação do poder do governador. E o mesmo querem fazer agora em relação às eleições distritais. Devemos eliminar a secretaria do Estado porque está a ofuscar o governador.

“Não há interesse do Governo central em devolver o poder às autoridades locais”



- Arnaldo Silva – cidadão.

Temos de pensar na descentralização do ponto de vista holístico. O modelo que temos actualmente, na sua globalidade, comporta problemas. Por exemplo, ainda não avançámos na descentralização municipal no que tange a saúde e educação. O que está a impedir que o Governo transfira a competência de gestão desses sectores às entidades descentralizadas? Por que há esse receio em entregar aquilo que a lei já prevê há mais de 20 anos? Isto mostra que há algum autoritarismo por parte do Governo. Nenhum Governo autoritário quer ceder o poder. E Moçambique está a se mostrar justamente isso, infelizmente. E isto será motivo de problemas para o País: é só notarmos que esse centralismo que o Governo faz, o torna ainda mais apertado financeiramente razão pela qual há greves, há atrasos salariais, há corrupção, etc. Com isso, uma gestão local dos recursos seria um elemento para reduzir a pressão do Governo central.

O CIP, através do Programa de Descentralização, está a acompanhar com grande interesse o debate público sobre a viabilidade das eleições distritais em 2024. Por essa razão, a organização procurou alargar o debate sobre a matéria auscultando a opinião de vozes alternativas em cada uma das 4 províncias. Os argumentos apresentados durante o evento reflectem a opinião dos cidadãos desta província sobre a viabilidade das eleições distritais e, por isso, constam deste Relatório a ser depositado pelo CIP na Assembleia da República, no dia 02 de Agosto de 2023.

O evento foi organizado pelo CIP no quadro da implementação do projecto IGUAL, em coordenação com o CESC, visando o acompanhamento e aperfeiçoamento do processo de descentralização em curso no país, especialmente a partir da revisão da CRM de 2018.

4. Conclusão

As constatações aqui documentadas resultam do entendimento que os cidadãos que o CIP auscultou têm a respeito do processo de descentralização em curso no país. A aderência massiva nos eventos de auscultação realizados demonstra um nível de interesse maior dos moçambicanos sobre a descentralização.

Com efeito, O CIP entende que todos os processos legislativos que pretendam mexer instrumentos legais devem sempre procurar envolver os cidadãos, garantindo que estes possam ser auscultados e contribuam para o aperfeiçoamento da legislação nacional, medida que fará com que as soluções legislativas adoptadas sejam consensuais e duradouras.

Desta forma, o CIP é de opinião que os posicionamentos aqui documentados deveriam ser tomados em conta, pelos digníssimos representantes do povo, de modo a fazerem uma reflexão mais profunda sobre o que é que se pretende do processo de descentralização em Moçambique.

Portanto, não valerá a pena votar simplesmente pela não realização ou pela realização, acima de tudo, o mais importante é que se discuta o que se pretende atingir com a descentralização em Moçambique, olhando para o passado, para o presente e perspectivando-se o futuro, porque é evidente que o actual modelo, tendo em conta a circunstância e os moldes em que foi concebido, incluindo os actores nele envolvidos, não contribui para a efectiva democratização e desenvolvimento do país.

5. Referências

Diário Económico, *Parlamento Agenda Para Agosto Debate Sobre Eleições Distritais*. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/06/09/economia/parlamento-agenda-para-agosto-debate-sobre-eleicoes-distritais/>, consultado a 15 de Junho de 2023.

Jornal Domingo. *Eleições Distritais: Frelimo deposita projecto de revisão pontual da Constituição*. Disponível em: <https://www.jornaldomingo.co.mz/politica/eleicoes-distritais-frelimo-deposita-projecto-de-revisao-pontual-da-constituicao/>, consultado a 15 de Junho de 2023.

Projecto de Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique, submetida pelos Deputados da Bancada Parlamentar da Frelimo, sob Ref. n.º 17/GCB/AR/05/2023, de 03 de Maio.

RFI, *Moçambique: Filipe Nyusi pede reflexão sobre a realização das eleições distritais em 2024*, disponível em: [<https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20220811-filipe-nyusi-pede-reflex%C3%A3o-profunda-sobre-a-realiza%C3%A7%C3%A3o-das-elei%C3%A7%C3%B5es-distritais-em-2024>], consultado a 25 de Janeiro de 2022.

Vídeo do Debate Público em Maputo, realizado no dia realizado no dia 15 de Fevereiro de 2023, disponível em: <https://youtu.be/8kZgewZsKCw>; (ii) <https://youtu.be/jio0Cq-qkMs>, , consultado a 24 de Julho de 2023.

Vídeo do Debate Público em Nampula, realizado no dia 20 de Julho de 2023, disponível em: <https://fb.watch/IV2ffcC77I/?mibextid=2Rb1fB>, consultado a 20 de Julho de 2023.

Vídeo do Debate Público em Sofala, no dia 25 de Julho de 2023, disponível em: (i) <https://web.facebook.com/reel/1796993457369487>; (ii) <https://fb.watch/m0zNvrrDuD/>, consultado a 26 de Julho de 2023.

Vídeo do Debate Público realizado na província da Zambézia, no dia 27 de Julho de 2023, disponível em: <https://web.facebook.com/CIP.Mozambique/videos/185456677691706>, consultado a 30 de Julho de 2023.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Financiado por:



Reino dos Países Baixos



Parceiros do CIP:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Embaixada da Suíça em Moçambique

Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Ivan Maúisse e Aldemiro Bande

Revisão de Pares: Borges Nhamirre & Edson Cortez

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,

Bairro da Sommerschild, nº 124

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917

Cel: (+258) 82 3016391

[f@CIP.Mozambique](#) [t@CIPMoz](#)

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique